

[Oracula, São Bernardo do Campo, 2.4, 2006]
ISSN 1807-8222

RELIGIÃO DE VISIONÁRIOS

NOGUEIRA, Paulo Augusto de S. (org.). *Religião de Visionários: Apocalíptica e Misticismo no Cristianismo Primitivo*. São Paulo: Loyola, 2005. 340p. ISBN 8515031833.

Fernando Lopes de Aquino*

O LIVRO E SUA APRESENTAÇÃO

Religião de Visionários é um livro que nasce de pesquisas sobre relatos visionários no judaísmo e no cristianismo, uma obra construída a partir de uma compreensão das origens do cristianismo sob a ótica da experiência visionária. Em sua estrutura é composto por quatro sessões: primeiro, a abordagem da experiência visionária no judaísmo antigo e, por conseguinte, sua influencia sobre o cristianismo primitivo. Em seguida, uma análise das tradições referentes a Paulo e a Jesus. Na sequência, uma discussão sobre o texto do Apocalipse de João, incluído a recepção deste livro no contexto brasileiro. E por fim, o modo como fora trabalhado o fenômeno apocalíptico no segundo século através de textos apócrifos que em suas estruturas revelam um imaginário ainda presente na mentalidade cristã.

PARTE I: A EXPERIÊNCIA VISIONÁRIA

O primeiro capítulo de “Religião de Visionários” é escrito por Paulo Nogueira, que atentamente procura reler o cristianismo primitivo a partir da experiência visionária. O intuito do capítulo é demonstrar a importância do fenômeno visionário e, para o autor, são as visões a força motriz de novas interpretações e transformações da figura de Jesus de Nazaré, que passa a ser cultuado e experimentado nesta mesma dinâmica. Para melhor compreender este processo são analisados escritos pseudepigráficos, textos dos Manuscritos do Mar Morto e, por fim, o Apocalipse de João, cada qual tratando em sua estrutura do fenômeno abordado, como segue.

* Aluno do 5º semestre da Faculdade de Teologia da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) e integrante do Grupo Oracula de Pesquisas em Apocalíptica Judaica e Cristã.

Os textos pseudepigráficos expressam visões atribuídas a patriarcas e profetas do passado, porém renovados e recriados com inserções de elementos da viagem celestial e da contemplação do trono de Deus. Partem de paradigmas como Ezequiel 1 e Isaías 6, recriando e re-significando a tradição bíblica. Neles é possível encontrar: variações do canto da *kedushá*, elementos que poderiam indicar a presença de glossolalia, visões do mundo celestial hierarquizado e distintos atributos divinos.

Os Manuscritos do Mar Morto, textos de grande relevância para a compreensão do fenômeno visionário no judaísmo palestinese e sua influência sobre o cristianismo primitivo, diferem dos textos pseudepigráficos, pois ainda que figuras iminentes do passado fossem referenciais para a comunidade, os textos revelariam que a contemplação do céu e a identificação com os anjos por parte da comunidade podiam ser praticadas em círculos proféticos do judaísmo e em Qumran.

Quanto ao Apocalipse de João, este utiliza materiais judaicos, como os paradigmáticos Ezequiel e Isaías, mas interpretações cristológicas, tais como a exaltação do Cordeiro, distinguem-no totalmente de sua matriz. Para Paulo Nogueira, a identidade cúlrica do círculo joanino era definida pela experiência visionária, isto é, este círculo se autocompreendia como tendo *status* angelical. As visões podem também indicar uma escatologia realizada e a figura de João como mediador entre a comunidade e Deus se estabelece a partir de suas próprias experiências visionárias, o que lhe possibilita autoridade suficiente para não optar pela pseudepigrafia.

Christopher Rowland é o autor do segundo capítulo e explora a dinâmica pela qual a experiência visionária é construída, ou seja, de que modo tradições de interpretações de textos bíblicos os utilizaram em seu próprio contexto. Ao falar do misticismo da *merkavah* e do judaísmo rabínico do primeiro século, o autor aborda o modo como esta dinâmica era tratada, demonstrando o aspecto “prático” do fenômeno ou a produção causada por ele, bem como a preocupação de determinados círculos em manter em segredo um corpo de conhecimento autorizado e elaborado por interpretes reconhecidos. Por fim, o autor expõe o modo diferenciado de apropriação do texto apocalíptico e como este texto incitou interpretações capazes de romper os limites de sua oficialização canônica, servindo de

trampolim para novas compreensões, tornando cada interprete um agente ativo e capaz de discerni-lo.

No terceiro capítulo Vicente Dobroruka aborda a experiência visionária e o transe na apocalíptica do segundo Templo, buscando descobrir o significado cultural que experiências induzidas de ASCs (termo inglês para o “Estado Alterado de Consciência”) adquiriram para os judeus do segundo Templo e para os cristãos do período. Para tanto, analisa apocalipses judaicos considerados fundamentais para a pesquisa e que indicam episódios relacionados ao objeto de estudo. Vale notar que o livro de 4 Esdras assume grande importância, pois nele são descritos vários episódios relacionados à indução a ASCs. No presente artigo também temos a afirmação de que alguns textos do passado poderiam ser tidos como portal para experiências visionárias, ou então, que aquele que escreve o apocalipse tenha obtido uma experiência que o ligue a um personagem do passado, como Moises ou Esdras, por exemplo. Porém, sua experiência autêntica o levaria a re-elaborar relatos passados. Outra hipótese importante do autor é que, acaso levemos ainda mais longe estas suposições, poderíamos ter a indicação de fenômenos de possessões. No entanto, haveria muitos problemas com esta hipótese, já que para o judaísmo do período analisado a manipulação de espíritos seria algo inconcebível.

O último tema do bloco que aborda a experiência visionária no judaísmo antigo e no cristianismo primitivo é escrito por John J. Collins. Partindo de problemas advindos das definições dos termos “apocalíptica” e “escatologia”, Collins busca neste ensaio compreender as distinções sobre a apocalíptica judaica em textos chaves que contrastem com as expectativas proféticas. O texto se desenvolve a partir de três eixos: (1) um exame de algumas das tentativas de distinção da escatologia apocalíptica; (2) a formulação própria do autor e (3) o significado histórico e teológico desse tipo particular de experiência futura.

Sobre as formulações mal-sucedidas destacam-se dois aspectos: a idéia de um fim definitivo, cosmológico, e o fim temporal da história, da vida humana. Segundo Collins, este conceito não pode ser definidor da escatologia, pois não deve servir somente como referência ao “fim” de alguma coisa. Outra tentativa de explicação mal-sucedida diz respeito à distinção de dois períodos, uma passagem de uma era para outra. Por fim, A terceira tentativa refere-se à definição de “apocalipsismo” como uma forma de mitologia, quando se trataria mais da forma de apresentação do que do conteúdo.

No que se refere à definição de Collins, é apresentada a tese de que se deve lidar com eventos em dois níveis de universo, um na terra e outro nos céus. Ou seja, uma correspondência entre as esferas terrena e celestial. Desta forma e a partir de textos paradigmáticos na análise como o livro de Daniel, é possível perceber a possibilidade de uma elevação da esfera terrena para a celestial. Este tipo de elevação também pode ser experimentado no presente, segundo textos de Qumran. Nas suas conclusões teológicas o autor expõe dois fatores relevantes. Primeiro que este tipo de definição conflui com o pensamento grego, lembrando idéias platônicas de imortalidade da alma e o mundo das idéias. Em segundo lugar, que nem a expectativa futura nem a experiência presente podem ser ignoradas, antes, elas são complementares.

PARTE II: JESUS DE NAZARÉ

O capítulo escrito por Luigi Schiavo explora a experiência extática como forma de acesso às grandezas do mundo celestial e experimentada através de elementos próprios deste fenômeno, tais como o jejum, oração, ingestão de bebidas ou ervas etc. No mundo bíblico, este fenômeno teve sua máxima na literatura apocalíptica e é intuito do autor explorar esta literatura. Para isto, Schiavo contextualiza o movimento e modelos que possivelmente foram assimilados da cultura babilônica, como concepções cosmológicas dualistas, cuja ação nos céus refletem na terra e o determinismo histórico, por exemplo. Outro ponto importante considerado pelo autor refere-se a um gênero literário próprio da apocalíptica judaica, a “viagem celestial”. Schiavo expõe, então, os elementos que compõe esta tipologia. Por fim, busca analisar o material da fonte Q e assim detectar a presença de materiais que contenham relatos de experiências visionárias e extáticas, e não apenas isso, mas compreender como este tipo de experiência poderia ter influenciado as primeiras comunidades cristãs.

Em seguida, Luis Felipe Ribeiro analisa a relação entre Jesus e a expectativa do Templo celeste. Partindo do pressuposto de que o cristianismo primitivo era muito mais plural do que se imagina, o autor pretende analisar a relação entre Jesus e o Templo como exemplo desta pluralidade. Para tanto, são considerados conceitos presentes na imagem de Templo nos escritos em que aparece. Tal imaginário possui suas raízes no apocalipsismo judaico, que apresenta o Templo terreno como cópia do Templo original localizado nos céus. O autor sugere que, ao invés das afirmações de que este imaginário seria criação de

movimentos cristãos posteriores a Jesus, seria melhor compreendê-lo como uma continuação. Sendo assim, são analisadas fontes que revelam a continuidade da esperança do Jesus histórico em relação ao Templo e a mesma esperança de seus seguidores. A compressão do imaginário de Jesus em relação ao Templo como quem espera pela reconstrução de uma casa a Yahweh, feita não por mãos humanas, mas de forma sobrenatural, surge através da análise das tradições em que Jesus ameaça o Templo de Herodes de destruição, revelando, assim, sua esperança num santuário escatológico de origem sobrenatural, também de acordo com a longa tradição judaica que remonta ao pós-exílio e em forte sintonia com a apocalíptica.

PARTE III: PAULO

Estamos no sétimo capítulo da obra, onde Jonas Machado tratará de paradigmas paulinos referentes à experiência extática. Não pelo prisma da teologia e pensamento paulino, mas pela natureza da experiência religiosa de Paulo presente em seus textos é que o autor inicia este capítulo. Dessa forma, o artigo procura considerar o âmbito apocalíptico das visões e revelações presentes nos textos paulinos não como conceitos marginais de seu pensamento, mas como fundamentais. O autor procura, através de textos como 2 Coríntios 3.1-4,6; 12, 1Coríntios 2 e Gálatas 1, encontrar o uso da linguagem apocalíptica, destacando as similaridades das experiências paulinas com termos próprios da apocalíptica, tais como o uso da pseudonímia e de termos como “visões”, “revelações”, “ser arrebatado”, “terceiro céu” e “paraíso”. A proposta do autor é avaliar com mais cuidado a relação de Paulo com experiências místicas e apocalípticas judaica, sobrepondo-se às deficiências dos estudos presentes que tratam de sua figura.

PARTE IV: APOCALIPSE DE JOÃO

Com José Adriano Filho temos a abordagem da estrutura visionária na literatura do Apocalipse de João. São diversos os modelos criados para interpretar as estruturas deste apocalipse e, diante destes modelos, Adriano Filho constrói sua análise indicando os momentos principais da experiência visionária apresentada pelo livro através do termo técnico “arrebatado pelo Espírito” em Ap 1.10. Primeiro nota-se a visão do Cristo glorificado endereçando sete cartas às igrejas da Ásia. Estas cartas apresentam a mesma estrutura e possuem dinâmicas coerentes com o contexto específico de cada igreja, além de demonstrar claramente o senhorio do Cristo ao colocá-lo na contrapartida do poder imperial. Em segundo lugar, João é levado ao céu estabelecendo, assim, um novo momento em sua experiência visionária, no qual obtém uma visão do céu e do julgamento

escatológico, sendo que este se desenvolve numa sequência linear crescente, embora não aja repetição das sequências anteriores. Com a sétima taça o juízo divino e o surgimento da Nova Jerusalém acontecem. Para Adriano Filho há neste desenvolvimento uma dinâmica que “vai da instauração do caos ao surgimento de novos céus e nova terra”. O caráter destrutivo ao qual o caos precisa ser submetido se faz valer na expectativa de uma nova criação. Isto para reafirmar às comunidades a esperança e a certeza da presença de Deus em meio à tribulação.

O tema do capítulo nono é a manutenção da identidade e da esperança, a exemplo do desafio legado à igreja de Tiatira em Ap 2.18-29. Neste capítulo, Nestor Paulo Friedrich analisa o contexto no qual a igreja de Tiatira se encontra. O autor tem como pressuposto o conflito de João com o Império Romano e seus mecanismos de dominação. Para Friedrich, o Apocalipse é tão atual hoje como o foi no passado, já que nele a relação entre comunidade cristã e sociedade é marcada pela oposição cristã frente às ideologias daquilo que o autor chama de “pax neoliberal”. A partir de uma avaliação contextual, o autor compara a mensagem designada à igreja de Tiatira como exortação à não subserviência da comunidade às práticas identificadas com o estrato social de seu contexto. Ou seja, para o autor, é a partir da relação conflitante em Tiatira que podemos compreender sua mensagem. Em vista de sua não homogeneidade, João exorta positivamente aos que ainda não se renderam aos ensinamentos da figura profética de Jezabel a permanecerem firmes diante das aflições sofridas pela não participação social em suas comunidades. Assim, João quer reforçar a identidade radical da igreja, que vai num caminho contra a comunidade social de seu tempo. Friedrich compreende os ensinamentos da figura de Jezabel como um modo de acatar as ideologias imperiais que se reforça nas figuras de prostituição e do comer carne sacrificada aos ídolos. João não admite concessões e evidentemente não tolera quem não compartilha de sua perspectiva. Nesta dinâmica, recusar-se a participar dos ensinamentos da profetisa significa marginalizar-se e, de algum modo, sofrer perseguições.

No capítulo dez, a abordagem se dá mediante a assimilação do Apocalipse no contexto brasileiro. Neste artigo, Pedro Lima Vasconcellos observa a maneira diversa que o Apocalipse foi assimilado por personagens “populares” no Brasil, destacando o elemento escatológico que, de forma significativa, influenciou os movimentos liderados por estas figuras em alguns momentos da história brasileira. São analisadas 4 situações em tempo e espaço distintos. A primeira tem a ver com as comunidades de ajuntamento de índios

rebeldes no Jaguaripe, sul do Recôncavo Baiano, no século XVI. O que a torna significativa para o texto são os elementos míticos indígenas que se fundiram ao imaginário apocalíptico católico, especialmente o nome dado ao ajuntamento, “Nova Jerusalém”, alusivo ao Apocalipse 22.

Na figura de um português denominado Pedro de Rates Henequim temos a segunda análise. Este personagem veio de Portugal ao Brasil, mais precisamente à Minas Gerais, atraído pelo ouro e outras preciosidades. Henequim elaborou uma interpretação de mundo baseada em vários elementos das culturas que conheceu e destaca-se em seus conceitos a descrição do lugar do paraíso terrestre, o Brasil.

Em canudos temos a terceira análise. É no sertão baiano, às margens do rio Vaza-Barris, em junho de 1893, com Antonio Conselheiro e centenas de seguidores, que se difundem algumas interpretações apocalípticas, principalmente no que diz respeito à aceleração do juízo final e identificação do Anticristo. Por fim, o autor aborda o “Movimento do Contestado”, que teve lugar em terras disputadas entre o Paraná e Santa Catarina. É este movimento de caráter messiânico o que melhor possibilita analisar a recepção do Apocalipse na história brasileira. O movimento foi liderado por dois monges, João Maria e o “profeta peregrino” e compreendia o regime republicano como a *ordem do demônio*, à qual estava em completa oposição.

PARTE V: APOCALÍPTICA NO CRISTIANISMO DO SEGUNDO SÉCULO

O último capítulo é trabalhado por dois autores que contemplam a viagem extática ao sétimo céu e aos quintos do inferno em dois textos do cristianismo do segundo século. Monika Ottermann e Leszek Lech demonstram que muitos dos conteúdos e pensamentos de comunidades cristãs de hoje assemelham-se a escritos apocalípticos do passado, entre os quais estão os dois analisados neste capítulo: *Ascensão de Isaias* e *Apocalipse de Pedro*. O objetivo dos autores é aproximar os leitores e leitoras destes escritos, bem como contribuir para a discussão sobre as identidades de seus autores e leitores, compreendendo o contexto dos problemas e expectativas de suas vidas. O artigo está dividido em duas partes:

Primeiro *Ascensão de Isaias*, uma obra pseudepígrafa do fim do século I e que usa o nome e a figura do profeta Isaias. Caracteriza-se pela viagem celestial e oferece uma profecia da descida, missão e ascensão de Cristo. O texto identifica o visionário com o “Bem-Amado”

devido à sua morte ou, nas palavras da escritora, “o destino da Arvore”. Segundo Ottermann, há dois objetivos centrais na obra. O primeiro é testemunhar a descida, a ascensão e a entronização do Bem-Amado, demonstrando com antíteses de “escondido” *versus* “glorioso” a sua identificação como Salvador Divino. O segundo é demonstrar a superioridade das pessoas justas mortas sobre os anjos. Por meio da obra do Bem-Amado, os justos podem usufruir uma vida gloriosa no sétimo céu, contemplando a Grande Glória, algo que nem os maiores anjos do lugar têm de privilégio de contemplar. Isto é projetado como recompensa aos que se mantiveram fieis em tempos de perseguição, vivendo no Espírito Santo e crendo no Bem-Amado.

A segunda parte enfoca o *Apocalipse de Pedro*, um escrito da metade do século II, muito conhecido durante algum tempo e que quase obteve canonicidade. No entanto, foi rejeitado e acabou caindo no completo esquecimento. O artigo de Lech nos apresenta o modo como a Igreja Cristã assumiu imagens do céu e do inferno e também como o Apocalipse de Pedro diverge de outros textos do gênero por não se importar com lutas triunfais dos finais dos tempos, estando antes interessado na descrição minuciosa dos pecadores e de seus castigos. Segundo Lech, a forma literária do texto está voltada para fins didáticos de uma comunidade de contexto fechado e autoritário, e utiliza uma linguagem de recompensas e castigos, com imagens sádicas de forte impacto psicológico.